

Entre laços: permanência dos laços portugueses no Brasil do século

XIX

Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares

UFPA

Germana Maria Araújo Sales

UFPA

Resumo

Há aproximadamente dois séculos da Independência do Brasil, ainda perduram alguns laços além do idioma e da história política e cultural aqui deixados pelos portugueses. Destarte, coube ao jornal arquivar parte dessa importante história que, em algumas províncias brasileiras, testemunhou também outras perspectivas, como aconteceu na província do Grão-Pará, cuja peculiaridade incide antes mesmo de sua independência em 1823. Assim sendo, o objetivo desta comunicação é demonstrar esta assertiva e sublinhar elementos de sua problemática, bem como momentos de rupturas e continuísmo a fim de constatar e delimitar posições não apenas no sentido histórico, mas principalmente na perspectiva historiográfica. Proponho, como fonte parte dos periódicos paraenses, nos quais estão registrados os laços literários existentes entre Brasil e Portugal no século XIX.

Palavras-chave: jornais paraenses; literatura luso-brasileira; século XIX.

Abstract

Two centuries after the Independence of Brazil, it still remains here some ties besides the language and the political and cultural history left by the Portuguese. Thus, it was up to the newspaper to archive part of this important history that in some Brazilian provinces, also witnessed other perspectives, as it happened in Grand Pará Province, whose peculiarity concerns even before its independence in 1823. Therefore, the purpose of this communication is to demonstrate this statement and highlight elements of its problematic, as well as moments of rupture and continuity in order to establish and define positions not only in the historical sense, but mainly in historiographical perspective.

I propose, as a source part of journals from Pará in which are recorded the existing literary ties between Brazil and Portugal in the nineteenth century.

Keywords: Paraenses newspapers; Luso-Brazilian literature; nineteenth century.

Considerações iniciais

O Grão-Pará sempre se manteve distante das demais regiões do Brasil, principalmente da corte carioca, em virtude de ser uma colônia portuguesa à parte na América. O que ocasionava reclamações constantes dos representantes locais e empenho por sua autonomia. Contudo, com a Independência do Brasil, o desejo de emancipação do Grão-Pará é cerceado em favor de sua anexação ao império brasileiro.

Destarte, é preciso sublinhar que o ano de 1840, data escolhida para iniciar nossas pesquisas, é um ano significativo para a província paraense, pois assinala o fim do único movimento de cunho político nacional liderado pelo povo, que chegou a transferir a capital para o interior da região. Bem como, a maioria de Dom Pedro II, o que ocasionou reviravoltas no cenário político local.

Com a abertura da Assembleia Legislativa Provincial no Pará, no ano em que se “comemorava” aniversário da Adesão do Pará à Independência do Brasil (17 anos em 15/08/1840), o quadro político foi invertido, assim, foi possível perceber, nas divulgações do jornal *13 de Maio*, o esforço empenhado para abrandar o ressentimento daqueles que tiveram o ideal de nação frustrado e teriam que se subjugar aos desmandos do novo império.

Pela notícia do evento podemos compreender as circunstâncias pelas quais o Pará estava sujeito, como podemos notar no excerto retirado do referido jornal (*13 de Maio*, n. 25, p. 112-112), de 15/08/1840: “O dia d’hoje deve ser grato aos corações Paraenses, ele deve encher de patriótico jubilo aquelles, que sinceramente palpitaõ pela prosperidade da Patria!”, isto é, pelo imperativo explicitado na divulgação, compreendemos o patriotismo cobrado pelo periódico, o qual incita a província paraense a trilhar os passos de suas “co-irmãs” que saltaram o “brado heroico = INDEPENDENCIA OU MORTE!!!” (*13 de Maio*, n. 25, p. 112-112) e aderiram à independência do Brasil.

A publicação denota a defesa do redator em favor da Assembleia Legislativa Provincial quando ele, acerca do “luminoso Relatório” do presidente, assegura que o presidente foi solícito para com as necessidades da província, ao dizer “a nosso ver, em todas as necessidades da Provincia, apontando os melhoramentos, e os meios que lhe parecerão mais convenientes para satisfazê-los” (*13 de Maio*, n. 25, p. 112-112) e imprime, no discurso do presidente, o otimismo e a confiança de que a província precisava: “Presidente será franco, e solícito em vos coadjuvar quanto as suas forças caiba, na grande obra da prosperidade da Provincia” (*13 de Maio*, n. 25, p. 112-112). Era mister ratificar a boa impressão no paraense, pois como as demais províncias brasileiras, a província do Pará iniciava “trilhando altiva os soberbos passos de sua co-irmãs” (*13 de Maio*, n. 25, p. 112-112), e alguns jornais eram veículos favoráveis para essa constituição.

Segundo o discurso do deputado Bernardo de Souza Franco, publicado no mesmo *13 de Maio* de 15/08/1840, é enfatizado o distanciamento da região em relação a capital do Império e às demais províncias:

A província do Pará está além disso tão distante da corte, são tão complicadas, tão importantes e tão numerosas as suas necessidades, que he mister que ella tenha maior representação para que algumas vezes não deixe de estar bem representada na casa para que mais penetrantes vistas possam atender às suas precisoens. (*13 de Maio*, n. 25, p. 117-118)

Como podemos notar pelos fragmentos dos discursos citados, a primeira metade do século XIX, mormente a província do Pará, depois da Independência do Brasil, foi marcada por revoltas e reivindicações junto à capital do Império, haja vista que depois da Cabanagem o Pará ficou à mingua de recursos e assistência do Rio de Janeiro, então capital do país.

Assim, não foi tranquila a “Adesão” dessa província à Independência brasileira, até porque os laços existentes com Portugal permaneceram atados por longa data, como comprovamos por meio de vários lugarejos paraenses que receberam nomes parecidos com de alguns locais de Portugal, tais como: Alenquer, Almerim, Aveiro, Alter-do-Chão, Baião, Barcarena, Belém (atual Lisboa), Beja, Belmonte/Belo Monte, Benfica, Bragança, Breves, Chaves, Colares (atual Sintra), Faro, Limoeiro, Mazagão, Melgaço, Monte Alegre, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Ourém, Portel, Porto de Moz/Mós, Salvaterra, Santa Cruz, Santa Maria, Santana, Santarém, São João, Soure, Vila do Conde, Viseu, entre outros, que denotam fortes influências da colonização portuguesa nessa província.

Tudo isso nos faz acreditar que haja na província do Grão-Pará um apelo por parte da elite paraense, bem como da portuguesa, à manutenção dos laços lusos. Talvez pelo fato de que essa região, nos anos oitocentos, tinha maior contato e proximidade com as terras portuguesas do que com as demais regiões do Brasil.

Laços fraternos: Pará e Portugal atados por periódicos

Importa mencionar que além dos mais de trinta e sete periódicos existentes na província do Grão-Pará até 1841, era comum os paraenses assinarem jornais portugueses que vinham nos pacotes exclusivamente para seus assinantes, o que faz

aumentar ainda mais o número de periódicos que circularam nesta província no século XIX. Vejamos a divulgação do *Treze de Maio* (n. 64, 30/12/1840): “Quem quiser ser assinante do novo Periodico de Lisboa, intitulado – Universo Pitoresco – muito bem acreditado no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, queirão dirigir-se a Luiz Francisco Colares para lhe mandar vir de Lisboa as coleções.” Com efeito, é importante destacar que a imprensa paraense nasceu sob o influxo ideológico e constituiu-se a partir de posicionamentos políticos tanto nacionais quanto lusitanos.

No jornal *A Província do Pará*, de 30 de abril de 1876, foi encontrado um anúncio intitulado *Portugal Cabelleira* em que se fazia a divulgação de obra que rememorava as façanhas portuguesas “que o braço feito às armas, como disse Camões, não se desnervou ainda” perante as mudanças ocorridas na modernidade.

No anúncio, o autor convoca a juventude a conhecer os feitos e a tradição de Portugal, um apelo à tradição, aos usos e costumes de nossos colonizadores que insistem em “andar rebuscando em pergaminhos bolorentos umas certas antigualhas que explicam muitos costumes modernos” (*A Província do Pará*, de 30 de abril de 1876), mesmo em um período em que o brasileiro relutava contra a cultura lusa. Alberto Pimentel, autor do texto, foi redator do *Jornal do Porto*, além de importante romancista português, autor do romance *O descobrimento do Brasil* (1895), remonta as proezas lusitanas de mais de setecentos anos que precisam ser rememoradas de modo a servir de exemplo aos mais novos, mormente aos brasileiros, e aos portugueses cabe “soprar cautelosamente o caruncho dos séculos para que nos não empoeire o espírito com nuvens de tédio” (*A Província do Pará*, de 30 de abril de 1876), ou seja, revitalizar cotidianamente sua cultura e tradição para que estas não sejam preteridas pela modernidade e aversão da nação que se constitui.

No mesmo periódico, na coluna Miscelânea, encontramos um texto que nos chamou atenção pelo caráter “espirituoso” – era assim assinalado o texto – com que foram publicadas no folhetim da *Reforma* umas notas do imperador D. Pedro II, em visita a província do Pará.

As notas do imperador, a propósito da visita ao Pará, publicadas na *Reforma* denotam em tom de ironia às comparações feitas pelo regente às terras paraenses que tem o mesmo nome das terras portuguesas: “Baixos de Bragança! Duas palavras inconciliáveis, por quanto Bragança só tem alturas e altezas...” (*A Província do Pará*, de

20 de maio de 1876), e “Também Benevides não tem a mínima côr local” (*A Província do Pará*, de 20 de maio de 1876). O desconhecimento do imperador em relação à *terra brasilis* é tamanho a ponto de comparar localidades tão distintas.

Ainda nas notas, o imperador se assusta com a extensão territorial da província que diz ter, para ele, grande importância: “Estamos no Gram-Pará. Pois sim, senhores, é maior do que eu suponha! Que importância!” (*A Província do Pará*, de 20 de maio de 1876) e mais ainda com a grandiosidade da flora e da bacia hidrográfica da região: “Sim formidável conego; nesta terra tudo deve ser incomensurável! Árvores que parecem florestas, rios que parecem oceanos!” (*A Província do Pará*, de 20 de maio de 1876). Pelas notas, percebemos o espanto e a admiração de D. Pedro II em relação à província.

Outro assunto interessante no comentário do imperador diz respeito ao sistema político, quando pondera: “A cidade é bela e está respirando progresso por todos os pôros. Todavia os administradores atrasam o caminhar desta província...” (*A Província do Pará*, de 20 de maio de 1876), parece-nos que o presidente da província não tinha uma boa relação com o governante, pois ele reitera “Si a aurora da regeneração despachasse um pirarucu presidente do Pará... talvez acertasse melhor do que tem acertado...” (*A Província do Pará*, de 20 de maio de 1876). E continua irônico ao dizer “Manda, porém, o João Alfredo e o José Bento! Dous bagres!...” (*A Província do Pará*, de 20 de maio de 1876), neste fragmento o imperador chega a citar os nomes de dois presidentes da província naquele período de modo a demonstrar sua insatisfação com o governo local.

Enfim, o imperador se despede da província, dando a entender que está deixando o país por hidrovias paraenses, conforme já mencionamos acerca da proximidade com o continente europeu: “Vamos suspender ferro, e... boa noite! Deixo o Brasil com saudades” (*A Província do Pará*, de 20 de maio de 1876). E não deixa de queixar-se da viagem e da estafa acometida pelos trabalhos do governo: “Ora!... coração à larga e o duque que se agunte no balanço! Sofro uma estafa de metter medo, com este officio de reinar, governar e administrar...” (*A Província do Pará*, de 20 de maio de 1876).

As notas confirmam as suspeitas acerca do percurso da navegação no período imperial, da impressão do imperador com a extensão do território paraense, do seu

posicionamento sobre a política local, da surpresa pela coincidência dos nomes de lugarejos do Pará e Portugal, o desabafo sobre o cansaço de governar, entre outras informações.

No jornal *Gazeta Oficial* (n. 213, 24/09/1859, p. 1-2) foi apresentada na seção “Litteratura”, uma crítica literária intitulada “Rápido Estudo sobre a Poesia Brasileira” (cf. FERNANDES PINHEIRO, 2007, p. 51.), “A propósito da nova edição dos – Suspiros e Saudades – pelo Sr. D. J. G. de Magalhães” (*Gazeta Oficial*, n. 213, 24/09/1859, p. 1-2), o texto denota que o conteúdo literário era realidade no Pará, bem como a preocupação em credenciar a autonomia da literatura nacional, uma vez que a publicação é assinada por J. C. Fernandes Pinheiro, importante e reconhecido escritor brasileiro e, segundo Souza (2007), adepto do unionismo, isto é, o cônego era partidário da união entre as literaturas do Brasil e Portugal.

Na publicação, é possível observar a tentativa do autor em construir uma crítica literária brasileira. Contudo, ele afirma “que a originalidade não é o *typo* característico da poesia nacional” (*Gazeta Oficial*, n. 213, 24/09/1859, p. 1-2), haja vista os nossos escritores estarem influenciados pelo pensamento do colonizador português.

Fernandes Pinheiro, ao se reportar aos “Suspiros Poéticos e Saudades”, garante que a obra é “um marco milliar, como a hegira da nossa regeneração” (*Gazeta Oficial*, n. 213, 24/09/1859, p. 1-2) e adverte o público em relação ao novo estilo inaugurado no Brasil, em 1836, por Gonçalves de Magalhães: “Esta produção d’um novo gênero é destinada a abrir uma nova era á poesia brasileira. Permita Deus que não fique solitária no meio da nossa litteratura, como uma sumptuosa palmeira no meio do deserto” (*Gazeta Oficial*, n. 213, 24/09/1859, p. 1-2). É pertinente sublinhar que para o referido crítico a literatura nacional inicia a partir da emancipação política do Brasil, conjuntamente com o Romantismo, contudo, os escritores nacionais continuavam voltados para o pensamento europeu, pois ainda:

Inspiravão seus cantos o clássico Apollo e as Musas do Parnaso, e as tradições d’alem-mar poderosamente actuavão em suas imaginações, a ponto de tornal-os extranhos ao torrão natal. Fazia-os brasileiros o acaso de nascimento, portuguezas porem erão suas ideias. (*Gazeta Oficial*, n. 213, 24/09/1859, p. 1-2)

Outra publicação pertinente para esse questionamento, agora apresentada por Franklin Doria, o Barão de Loreto, poeta, membro e fundador da Academia Brasileira

de Letras, é a crítica literária que trata do “verdadeiro caracter” da poesia brasileira. O autor procura distinguir a literatura do Brasil da literatura de Portugal, argumentando que as duas “Eram irmãos e filhos do mesmo tronco; e por isso ao se separarem-se, um para ficar na Europa d’onde saíra, e outro para viver na America – no Brasil – unicamente seu, não se despediram inimigos” (*Gazeta Official*, n. 218, 30/09/1859, p. 1-2), cada uma tem suas peculiaridades, como afirma no excerto. Para o autor “ambos ainda hoje entendem-se no mesmo verbo que fallam, na expressão dos sentimentos que traduzem” (*Gazeta Official*, n. 218, 30/09/1859, p. 1-2).

Além do jornal *Gazeta Official*, foi oportuna a leitura do jornal *Diário do Gram-Pará*, contemporâneo daquele, onde também foram localizados textos que consubstanciam essa temática. No *Diário do Gram-Pará* foi publicado mais um texto de relevante, trata-se de uma crítica feita pelo escritor português Antonio Feliciano de Castilho acerca do livro *Os cantos matutinos*, publicação de Francisco Gomes de Amorim.

O texto aponta a aliança existente entre as literaturas produzidas no Brasil e em Portugal e a necessidade que o incipiente escritor Francisco Gomes de Amorim, residente no Brasil, sentia de submeter sua obra literária a um escritor já consagrado pelo Romantismo, em especial de Portugal. Pelo excerto, é possível perceber que o autor A. F. Castilho considera a literatura luso-brasileira apartada apenas territorialmente da literatura de Portugal.

Esse mesmo jornal publicou outro texto de caráter literário, nomeado “Os brasileiros avaliados pelos portugueses”, no qual se nota o apelo português à permanência da união da literatura luso-brasileira, quando já questiona:

Que significa tudo isso? Significa, que os laços de parentescos, que unem as duas nações, são cada vez mais provados pelas penas do nosso paiz. O conhecimento do Brasil na Europa é concentrado nesta orla da península, se se continuar a demolir a grande muralha, que até aqui parecia isolar Portugal do resto do continente europeu, será por meio da nossa imprensa, que se estudará o Brasil no velho mundo. (*Diário do Gram-Pará*, n. 65, 23/07/1861, p. 1)

Vemos que Portugal, apesar da autonomia política do Brasil, continua a manter o domínio cultural na nova nação ao assegurar que “É necessário convencer-mos d’uma cousa, e é: convem, é da mais instante necessidade, exige a amizade fraterna, que essas léguas de quase infindo mar, que nos distanciam das praias brasileiras, não sejam

interpostas senão fisicamente” (*Diário do Gram-Pará*, n. 65, 23/07/1861, p. 1). É sabido que a autonomia de uma nação não é alcançada somente com sua independência política, mas principalmente com sua autonomia cultural, desta feita, os lusitanos insistiam em manter atados os laços entre as duas nações. O apelo é constante chegando a alcançar a perspectiva moral do país colonizador:

Moralmente cumpre sermos mais vizinhos delas, que dos campos da Hespanha. Já somos hoje; importa sel-o mais. O pouco, a que atingimos, nada será sem o auxilio simultâneo de brasileiros e portugueses. Invocamol-o, com a ardente vontade de sermos uteis a uns e outros. (*Diário do Gram-Pará*, n. 65, 23/07/1861, p. 1)

Nota-se no fragmento extraído do *Diário Mercantil do Porto* (Portugal) a “invocação” feita aos habitantes dos dois países em manter e estreitar cada vez mais os laços existentes entre essas nações, mais do que com a Espanha. Deste modo é inferido que a “exigência” dessa amizade fraterna culmina com uma vontade muito mais lusa do que brasileira, pois essa publicação foi feita naquele país.

Considerações finais

Diante desse trabalho, há que se ressaltar a contribuição dos jornais paraenses do século XIX para a (in)formação do conteúdo literário, uma vez que é possível investigar, pela quantidade de textos literários neles encontrados, de que maneira essas informações refletiram na historiografia literária nacional. É válido considerar, também, a importância dessas folhas como veículos propagadores do conteúdo literário na província do Pará.

Contudo, surge a necessidade de uma pesquisa mais detalhada, não apenas nesses jornais, mas nos principais jornais paraenses disponíveis para análise no setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana, na Fundação Cultural do Pará, bem como no Grêmio Literário Português, ambos em Belém-PA e nas quais forem possíveis no Brasil e em Portugal.

Referências

FERNANDES PINHEIRO, Joaquim Caetano. *Historiografia da literatura brasileira: textos inaugurais*. Organização, apresentação e notas: Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

Minicurrículo

Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares é doutoranda Estudos Literários na Universidade Federal do Pará (PPGL/UFGA). Mestre em Estudos Literários, pela Universidade Federal do Pará (2008). Especialista em Estudos Culturais da Amazônia (UFGA) e em Linguística do Texto/Descrição do Português (UFRJ). É Professora Assistente de Literatura Portuguesa na Universidade Federal do Pará (UFGA). Atua principalmente nos seguintes temas: Literatura e Recepção; Romance Moderno; Crítica Literária; História da Leitura.

Germana Maria Araújo Sales é professora Associado II da Faculdade de Letras, do Instituto de Letras e Comunicação (ILC), da Universidade do Federal do Pará, com atividade docente na Graduação e Pós-Graduação, atuando especialmente em temáticas referentes à literatura do século XIX e ensino de Literatura. Atualmente é Diretora de Pesquisa da PROPESP; coordenadora do GT História da Literatura/ANPOLL e presidente da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), gestão 2014-2015.